

Opinião

SOCIALISTA



Wladimir Souza



Otávio Magalhães

Sob a cartilha de FHC a pilhagem do país avança: dívida externa, remessa de lucros e agora a liquidação das estatais. O leilão da privatização da Telebrás foi um novo marco no entreguismo do governo. Agora, é um setor estratégico para a soberania nacional que vai para o controle dos grandes grupos capitalistas. Um punhado de multinacionais vai controlar o sistema de telecomunicações do país. Assim como um punhado de capitalistas passou a controlar as riquezas minerais com a privatização da Vale, FHC vendeu o Brasil. Esta situação coloca as reivindicações de anulação das privatizações e reestatização na ordem do dia.

Páginas 6, 7 e 8



Wladimir Souza

colonização

Filiação. Meu nome é Régis de Lucena e tenho 17 anos. Estou escrevendo esta humilde carta para vocês por ter interesse pelo PSTU. Meu pai trás com frequência para casa o Opinião Socialista, e por curiosidade ou não, sempre pego para ler. Como este ano é de eleições, e urna não é pinico, gostaria que vocês me enviassem material sobre o partido, sobre o seu candidato próprio, e outras coisas como: o socialismo, como surgiu? como o PSTU vê o socialismo para o Brasil? Gostaria também de saber como, e se posso me filiar ao PSTU para juntos tentarmos uma revolução socialista, pois a América Latina ao invés de caminhar para a libertação e para a justiça social, caminha para uma política de neoliberalismo e exclusão.

Régis Lucena,
Nazaré da Mata (PE)

Nota da redação: Claro que você pode se filiar ao PSTU Régis. Entre em contato com o partido na sua região (cidade ou estado) através das nossas sedes e telefones. Dê uma olhada nos endereços na última página do jornal. Quanto ao material solicitado, está indo pelo correio.

Congratulações. Fiquei orgulhoso com o site do PSTU. Sei que é muito difícil remar contra a ordem "neoliberal em vigor" e contra todas as adversidades de ser socialista numa sociedade cada vez mais "de mercado". Estão todos de parabéns e garanto visitá-los muito mais vezes. Saudações.

Francisco Adailton de Lima,
São Paulo

Um dos nossos. Vítima de um acidente automobilístico, faleceu no domingo dia 2 de agosto, o companheiro Claudemilson, mais conhecido como Cazuza. O companheiro voltava do seu trabalho quando um caminhão saiu da sua faixa e atingiu o automóvel em que ele estava.

Membro da diretoria do Sindicato dos Petroleiros de Alagoas e Sergipe, tinha 49 anos e 18 anos de Petrobrás. Sempre participou ativamente das lutas dos trabalhadores no estado de Alagoas, sobretudo na categoria petroleira e era um defensor do sindicalismo classista. Embora não militasse organicamente em nosso partido, participava ativamente de nossas atividades, das campanhas políticas e financeiras.

O PSTU se solidariza com os familiares e amigos de Claudemilson. Sua luta por um sindicalismo classista e combativo jamais será esquecida, ao contrário, só servirá para redobrar nossos esforços para alcançarmos nosso objetivo maior que é a democracia operária e a liberdade dos trabalhadores do jugo do capital.

Sua luta valeu a pena e se multiplicará nos milhares de militantes de esquerda que acreditam na construção de uma sociedade socialista.

PSTU,
Alagoas

Escreva para o Opinião Socialista

Cartas: Rua Jorge Tibiriça, 238 – Saúde
CEP 04126-000 São Paulo — SP

Fax: (011) 549-9699 ou 575-6093 ramal 37

E-mail: pstu@uol.com.br

Visite nossa home page:
www.pstu.home.ml.org



Trabalhador baleado na perna pela polícia militar no último dia 29 de julho, no Rio de Janeiro, durante leilão da Telebrás. A repressão executada por mais de 3 mil policiais foi generalizada. Durante seis horas a polícia militar espancou, jogou bombas e até atirou em quem estivesse pela frente no centro do Rio.

O QUE SE DISSE

"Vamos fazer auditorias, porque é possível que tenham ocorrido maracutaias. Nesse caso, uma privatização pode ser desfeita. Mas a idéia não é revogar o que já foi feito. As privatizações foram aprovadas em lei, pelo Congresso, e isso tem de ser respeitado."

"Todo capital (externo) que vier com a perspectiva de gerar desenvolvimento não será apenas bem vindo. Será fomentado."

"Eu acho que não é preciso, num país do tamanho do Brasil, ter nenhuma ocupação para que se possa fa-

zer reforma agrária."

Trechos da entrevista de Lula à revista Veja. Sinceramente, acreditamos que os comentários são dispensáveis. Mas, para não fugir ao hábito, deixamos uma perguntinha: será que os latifundiários estão de acordo de "num país do tamanho do Brasil", fazer reforma agrária, assim, digamos, na boa? Na revista Veja, em 12/8/98

"Seca é um fenômeno vicioso e aeroporto tem que ter."

Francisco Assis de Moraes, o Mão Santa, governador do Piauí, explica o porquê de ter desviado recursos destinado à seca para construir um aeroporto. Isso é (ou deveria ser) caso puro e simples de cadeia. Na revista Isto É, em 12/8/98

ASSINE O OPINIÃO SOCIALISTA

Nome completo	
Endereço	
Cidade	Estado
CEP	Telefone
24 EXEMPLARES <input type="checkbox"/> 1 parcela de R\$ 25,00 <input type="checkbox"/> 2 parcela de R\$ 12,50 <input type="checkbox"/> 3 parcela de R\$ 8,40 <input type="checkbox"/> Solidária R\$	48 EXEMPLARES <input type="checkbox"/> 1 parcela de R\$ 50,00 <input type="checkbox"/> 2 parcela de R\$ 25,00 <input type="checkbox"/> 3 parcela de R\$ 16,70 <input type="checkbox"/> Solidária R\$

Envie cheque nominal ao PSTU no valor da sua assinatura total ou parcelada para a Rua Jorge Tibiriça, 238 - Saúde - São Paulo - SP - CEP: 04126-000

EXPEDIENTE

Opinião Socialista é uma publicação quinzenal do Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado. CGC 73282.907/000-64. Atividade principal 61.81. Endereço: Rua Jorge Tibiriça, 238 - bairro Saúde - São Paulo-SP-CEP 04126-000. Impressão: Artgraf

JORNALISTA RESPONSÁVEL
Mariúcha Fontana (MTb14555)

CONSELHO EDITORIAL
Martiniano Cavalcanti,
Júnia Gouveia, José
Maria de Almeida, Valério
Arcary e Carlos Bauer.

EQUIPE DE EDIÇÃO
Bernardo Cerdeira, Fernando Silva

Mini jornada, mini direitos

O governo FHC anunciou com toda a pompa seu programa contra o desemprego. O carro chefe do plano é a criação de uma jornada parcial de trabalho de 25 horas, a mini jornada de trabalho. Os salários dos trabalhadores seriam também reduzidos, e as empresas teriam assim, mais uma medida para "flexibilizar" a mão de obra. O governo também quer implantar a suspensão temporária dos contratos de trabalho por até cinco meses. Ao final deste período, o trabalhador seria demitido ou voltaria ao trabalho de acordo com os interesses dos empresários.

A preocupação do governo não é com o emprego dos trabalhadores, mas com o lucro dos capitalistas. A propaganda do governo defende que com maiores lucros os empresários investem mais, e assim criariam mais empregos.

A verdade é outra. Com esta possibilidade, os patrões vão demitir mais trabalhadores, para recontratar em base as novas medidas. Ou seja, o emprego de milhares de trabalhadores se transforma em subemprego.

Não existe nenhuma garantia de que haverá mais investimentos, porque isto depende também das possibilidades de maiores lucros dos empresários. Na Argentina, onde este tipo de medida já foi implementada, o desemprego bate recordes históricos. Na Espanha acontece a mesma coisa, com os maiores índices de desemprego da Europa. O que existe de certo é que o desemprego vai aumentar e, graças ao governo, o subemprego também.

Nos planos dos capitalistas todo avanço na técnica significa o aumento do desemprego para aumentar os lucros. Poderia, no entanto, significar um número menor de horas de trabalho para todos, preser-



vando os empregos e aumentando o tempo de lazer.

A lógica neoliberal do governo está absolutamente evidente. Salvar o lucro dos patrões em primeiro lugar. O PSTU diz o oposto: para enfrentar a crise e defender o emprego dos trabalhadores, é preciso atacar os lucros dos burgueses. Não existe uma solução em que "todos ganham".

O programa da *União do Povo* (Lula-Brizola), para atacar o desemprego, tenta unir patrões e trabalhadores, ao "estimular os empresários" a produzirem para os setores que absorvem mão de obra. Mas os grandes patrões só investem onde têm grandes lucros. O programa da *União do Povo*, além de não atacar os lucros, mantém o pagamento da dívida externa e interna e tenta fazer uma reforma agrária de acordo com as leis e o

Congresso (isto sim é acreditar em utopias).

O desemprego tem solução, mas certamente ela não passa por tentar humanizar os capitalistas. É preciso reduzir a jornada de trabalho para 36 horas sem redução dos salários. Esta medida poderia gerar milhões de empregos. Um plano de obras públicas para a construção de habitações populares, escolas e hospitais deveria ser financiado pelo dinheiro que sobriaria ao não pagar as dívidas externa e interna. A reforma agrária ampla, que expropriasse massivamente o latifúndio assentaria 4,5 milhões de famílias no campo e também geraria empregos diretos e indiretos.

Mas para isso é preciso em primeiro lugar derrotar FHC e seu projeto, começando pelas sua absurda proposta de mini jornada com mini direitos.

OPINIÃO DO CANDIDATO

Ausência sentida



José Maria de Almeida,
Candidato do PSTU a presidente
da República

O leilão da Telebrás, no último dia 29 de julho, foi um dos maiores crimes contra os trabalhadores e o povo brasileiro. Além de entregar para algumas multinacionais e poucos capitalistas tupiniquins um dos setores estratégicos para a soberania nacional, os governos do PSDB, FHC e Marcello Alencar, governador do Rio de Janeiro, não hesitaram em bancar uma repressão que há muito não se via no país. A reação foi inevitável, a indignação foi enorme e não era para menos pois até pessoas que passavam pelo centro da cidade, incluindo até idosos, foram agredidos, alguns foram baleados.

Pois bem, diante da dimensão deste enfrentamento — não só por conta da repressão mas pelo significado político da privatização da Telebrás — foi um grave erro da principal candidatura de oposição deste país, a do companheiro Lula, ausentar-se das manifestações contra a privatização da Telebrás. E pior do que isso foi o fato de no dia seguinte, em 30 de julho, Lula e Brizola passarem o dia no Rio de Janeiro em uma

série de atividades de campanha. Mas qual atividade poderia ser mais importante naqueles dias do que a luta contra a entrega da Telebrás?

Esta atitude faz parte da política da *União do Povo* de buscar não se misturar com as manifestações e choques de rua contra o governo. Faz parte da estratégia de isolar Lula da imagem de radical, intransigente. Aliás, é a mesma lógica que provoca críticas por parte do MST à candidatura Lula, que na mesma semana preferiu não ir em um ato dos sem-terra no Pontal do Paranapanema. É a mesma lógica que leva Lula a dizer, depois do leilão da Telebrás, que ele irá respeitar as privatizações e fazer no máximo alguma auditoria para ver se houve alguma maracatuia. Ver se teve alguma maracatuia nas privatizações?

Na verdade a ausência de Lula no dia 29 de julho foi simbólica. Ela nada mais foi do que a expressão da ausência de Lula e da *União do Povo* de uma campanha para barrar a privatização da Telebrás. Se toda a esquerda e suas principais lideranças estivessem unidas em uma grande campanha que respondesse a ofensiva do governo em torno das teles talvez a história pudesse ter sido outra.

Mas Lula parece estar muito preocupado em se desvencilhar do seu passado. Outros já fizeram isso.

A G E N D A

Veja onde vai estar Zé Maria até o início de setembro. Para maiores informações das atividades do nosso candidato a presidente entre em contato com as sedes do PSTU nos estados em que Zé Maria vai passar.

10 a 12/8	Minas Gerais
13 de agosto	Congresso Nacional da CEF
14 de agosto	Congresso da Unicamp
15 de agosto	Festa de campanha em São Bernardo do Campo
16 de agosto	Congresso dos professores municipais de São Paulo
17 de agosto	Estúdio
18 de agosto	Franca (ato contra reformas do governo organizado pela CUT)
19 de agosto	Belo Horizonte
20 e 21/8	Vitória
25 a 27/8	São Paulo
28 de agosto	Festa da candidatura no Rio de Janeiro
29 de agosto	Festa da candidatura em São Paulo
31 de agosto	São Paulo — Encontro Nacional de Educação
1 de setembro	Manaus
2 de setembro	Macapá
3 e 4/9	Belém do Pará
5 de setembro	Brasília — Debate no Canal Rural

No Rio de Janeiro a esquerda tem vez

Luciana Araújo,
do Rio de Janeiro

Agora, depois da decisão da Justiça de impedir a candidatura de Vladimir Palmeira ao governo do Estado do Rio, é ainda mais importante a consolidação da esquerda classista carioca em torno à candidatura de Cyro Garcia (PSTU). Esta é hoje o desafio que está colocado para toda a esquerda do estado: construir a única alternativa coerente da classe trabalhadora para lutar contra os projetos burgueses de Cesar Maia (PFL), Luiz Paulo Côrrea (PSDB) e do populista de direita Anthony Garotinho (PDT).

"Não podemos deixar os trabalhadores do Rio à mercê de Cesar Maia, Luiz Paulo e Garotinho, todos filhotes do brizolismo. Os dois governos de Brizola no Estado mostraram o que é a política do PDT, de desmonte do setor público, as administrações de Cesar e Luiz Paulo serviram apenas para a construção de obras de fachada, e os trabalhadores continuam com salários arrochados e sem emprego, saúde e educação", declarou Cyro Garcia ao **Opinião Socialista**.

De outro lado, a candidatura de Lúcia Souto, do PPS, que tenta aparecer como alternativa para a esquerda não representa uma ruptura com o que está aí. Não podemos esquecer que o candidato à presidência pelo PPS é Ciro Gomes ("o pai do Real"), que se colocou como oposição a Fernando Henrique por achar que as reformas neoliberais estão sendo aplicadas de forma lenta. *"Dessa oposição o governo gosta muito",* afirmou Cyro Garcia em sua plenária estadual de campanha, realizada no dia 5 de agosto, na Universidade do Estado

do Rio de Janeiro (UERJ).

Para combater tudo isso estamos nas lutas, como no ato contra a doação da Telebrás, na ocupação da reitoria da UFRJ e contra a privatização da Cedae. Junto com os trabalhadores e estudantes organizados vamos seguir lutando pela reestatização de todas as empresas privatizadas e pela readmissão de todos os trabalhadores demitidos, a garantia do repasse integral de verbas para a educação básica — em especial para a UERJ que teve seu repasse de 6% do orçamento estadual vetado pelo ex-governador Leonel Brizola — a fim de garantir educação pública, gratuita e de qualidade para todos.

Nesse momento, para lutar contra os candidatos da classe dominante, vamos mostrar no Rio a esquerda tem vez e, contra burgues vai votar 16!



Campanha eleitoral do PSTU está nas ruas do Rio

Cyro faz sucesso em debate na TV



O debate entre os candidatos ao governo do Rio de Janeiro, realizado no último dia 3 de agosto, na TV Bandeirantes, foi mais uma alavanca para a candidatura de Cyro Garcia. Sem a presença de Cesar Maia (PFL), que preferiu não comparecer ao debate após ter dado declarações à imprensa de que *"lavaria as calçadas das ruas do Rio com creolina para afugentar os mendigos"*, a principal "estrela" do debate era Garotinho.

Cyro falou sobre a necessidade de reestatizar todas as empresas privatizadas no estado e recontratar todos os funcionários demitidos.

"Para nós, a auditoria que o PDT propõe nas empresas privatizadas deve ser realizada sim, mas para apurar quem são os principais responsáveis pelas maracutaia nessas empresas e demiti-los, colocando-os na cadeia". Além disso, defendeu o direito de autodefesa dos trabalhadores no ato contra a privatização da Telebrás.

O sucesso da presença de Cyro Garcia no debate se refletiu na plenária estadual de campanha, que aconteceu no dia seguinte, onde estiveram presentes vários apoiadores que assistiram o debate na TV. (L.A.)

Um deputado na luta

Wladimir Souza



Lindberg

Um dia depois do leilão da Telebrás toda a imprensa noticiava que os manifestantes tinham cometido excessos na luta contra a privatização da empresa e que "os

banderneiros, liderados pelo deputado Lindberg Farias jogaram pedras contra os policiais". *"Esqueceram"* que várias pessoas ficaram feridas em decorrência das bombas e dos tiros que a PM disparou não só nos manifestantes, mas também sobre os cidadãos que transitavam pelo centro do Rio em direção ao trabalho.

"Nada mais natural que tenha havido resistência dos trabalhadores contra a violência estatal. As pedras foram uma resposta às bombas jogadas pela polícia. Ela foi a responsável por espalhar o protesto. A culpa de tudo ter começado foi da PM. Nosso mandato estará sempre do lado dos trabalhadores", declarou Lindberg Farias, que é candidato a mais um mandato de luta na Câmara dos Deputados. (L.A.)

"Privatização é maracutaia"

O candidato do PSTU a deputado estadual, o urbanitário Ronaldo Moreno, tem se destacado na denúncia das privatizações das empresas do estado. E um novo round já está em andamento com a luta para barrar a privatização da Companhia de Água e Esgoto do Estado (Cedae) marcado para o dia 10 de setembro. *"Essa será outra das grandes maracutaia do governo contra a população. O governo Marcello Alencar já entregou o Banerj, a Cerj, a Ceg/Riogás, o Metrô, a Conerj e a Flumitrens. Em nenhuma dessas empresas o serviço à população melhorou"*, declara Moreno.

No caso da Cerj, por exemplo, assim como na Light, a falta de investimentos depois da privatização fez com que os moradores do Rio passassem quase todo o verão



Moreno

no escuro. *"Após a privatização da Light, mais de 6 mil trabalhadores foram demitidos e os serviços pioraram muito. Além disso, depois da privatização já morreram cinco funcionários vítimas de acidentes de trabalho. A segurança dos profissionais é nenhuma e temos que mudar essa situação"*, conclui Moreno, que é funcionário da Light. (L.A.)

Petroleiros aprovam plataforma contra FHC

Ronaldo Tedesco,
do Rio de Janeiro

O 4º Congresso Nacional da Federação Única dos Petroleiros da CUT (FUP), realizado nos dias 7, 8 e 9 de agosto em Santos, com a participação de mais de 370 delegados, foi marcado pela polarização entre os dois projetos políticos para a categoria. De um lado, a *Articulação Sindical (AS)* e a *Corrente Sindical Classista (CSC)* com uma política de submeter todas as reivindicações da categoria e sua mobilização à campanha de Lula, rebaixando reivindicações da categoria e buscando negociar o "possível". De outro lado, o **Movimento por uma Tendência Socialista (MTS)**, a *Alternativa Sindical Socialista* e um grupo de petroleiros da região de Macaé, no Rio de Janeiro, onde está o Sindicato dos Petroleiros do Norte Fluminense, formaram um bloco de esquerda pelo socialismo, na defesa das bandeiras da categoria, em defesa da mobilização e organização como meio para conquistar as reivindicações, em defesa da democracia nas instâncias das entidades (expressa na defesa do apoio às duas candidaturas operárias a presidente).

As principais decisões do Congresso acabaram sendo votadas nos grupos pela falta de uma plenária final para votação. A única decisão da plenária final foi a votação da nova direção da FUP. A **chapa 1 (AS/CSC)** obteve 234 votos (65,181%) enquanto a **chapa 2 (MTS/ASS/NF)** obteve 125 votos (34,819%) dos votos

válidos. Em nossa opinião, este resultado da chapa foi bastante expressivo e significou uma vitória da política defendida pelo **MTS** e pelo bloco de esquerda.

O novo coordenador da FUP é o petroleiro Maurício França Rubem, da AS. Os cinco membros da **chapa 2** que passam a compor a Executiva da entidade são: Clarckson Nascimento (**MTS**), Agnelson Silva (**MTS**), William Corbo (**MTS**), José Celso (*do grupo do Norte Fluminense*) e Charles Reis (**ASS**).

Entre os pontos polêmicos estiveram o debate em torno da Participação nos Lucros e Resultados, inclusive para os aposentados, e as eleições para presidente. Estes pontos foram tocados em praticamente todos os momentos do congresso, seja em grupos ou na plenária.

Foi aprovada uma resolução consensual sobre a necessidade de organizar os trabalhadores de empreiteiras na Petrobrás, com referência no trabalho realizado pelos companheiros da Bahia, Sergipe, Alagoas e de Duque de Caxias. Este avanço possibilitou a criação de uma secretaria de terceirizados na FUP.

Também vale destacar que foi aprovada a pauta de reivindicações proposta pelos petroleiros do **MTS** que resgata, entre outros pontos, a cláusula de estabilidade no emprego. Segundo o companheiro Clarckson Nascimento, da nova executiva da FUP, *"as resoluções de nosso Congresso armam a categoria para enfrentar o governo FHC desde já. A campanha salarial de setembro já começou"*.

Também vale destacar que foi aprovada a pauta de reivindicações proposta pelos petroleiros do **MTS** que resgata, entre outros pontos, a cláusula de estabilidade no emprego. Segundo o companheiro Clarckson Nascimento, da nova executiva da FUP, *"as resoluções de nosso Congresso armam a categoria para enfrentar o governo FHC desde já. A campanha salarial de setembro já começou"*.

**Congresso aprovou
pauta de reivindicação
proposta pelo MTS**

Zé Maria esteve presente

O candidato do PSTU a presidente, José Maria de Almeida, o Zé Maria, esteve presente no 4º Congresso da FUP, manifestando sua saudação à categoria e chamando a lutar contra o governo FHC durante a campanha de setembro e também nas eleições.

No seu discurso ao Congresso ele disse que: *"esta categoria já demonstrou o quanto é importante na luta contra o projeto neoliberal em sua greve de 95, (...) a defesa da Petrobrás é feita no cotidiano da luta de cada companheiro lá na base e só a organização e mobilização da nossa classe poderá reverter a situação difícil*

por que passam os companheiros e todos os trabalhadores sob o capitalismo. (...) Nós, do PSTU, não vamos nos furtar na defesa da Petrobrás e de seus trabalhadores, assim como achamos que é preciso reverter todas as privatizações feitas por FHC, tanto da Vale, como da Telebrás, como da Petroflex, Petroquisa. É um absurdo que uma empresa como a Petrobrás vire moeda de troca para o pagamento da dívida externa. Nós, do PSTU, não vacilamos em dizer não ao pagamento da dívida externa e em dizer que todas as empresas privatizadas devem ser reestatizadas sem indenização". (R.T.)



Petroleiros estão em campanha salarial

Eleição para direção da FUP

Chapa 1 (Articulação Sindical e Corrente Sindical Classista)	234 votos - 65,1%
Chapa 2 (Movimento por uma Tendência Socialista, Alternativa Sindical Socialista e grupo do Norte Fluminense)	125 votos - 34,8%

"Unir a esquerda pelo socialismo"

No debate eleitoral no Congresso todas as correntes reconheciam a candidatura de José Maria de Almeida do **PSTU**. Porém na votação a **AS** e a **CSC** defenderam a "constituição de Comitês Nacional e Regional de Lula presidente", enquanto o bloco de esquerda fez a defesa do apoio aos dois candidatos operários a presidente, já que são duas candidaturas da nossa classe e que apoiar apenas uma delas seria dividir a categoria, colocando as entidades – FUP e sindicatos – reféns de uma única política. No grupo de sindicalismo as duas propostas foram à votação, a da **AS/CSC** obteve 77 votos e o bloco de esquerda obteve 38 votos e 3 abstenções.

Mas vale destacar que a formação do bloco de esquerda na FUP foi uma grande vitória. Sob a bandeira de *"unir a esquerda pelo socialismo"*, foi possível unir militantes de tendências e de vários partidos (**MTS**, a **ASS**, o grupo do Norte Fluminense e dos partidos **PSTU**, **PT**, **PSB**, **PCB**) que lutam no interior da categoria e da CUT para afirmar uma estratégia de luta, classista,

inconciliável com os patrões e o projeto neoliberal.

Mas a postura do bloco de esquerda durante todo o Congresso, mesmo diante das grandes diferenças com o setor majoritário, foi a de procurar sempre apresentar resoluções unitárias, calendários, fazendo o chamado à unidade, reafirmando a necessidade de derrotar o governo FHC, apoiando as candidaturas operárias. O bloco de esquerda gritava palavras de ordem como *"eu vim aqui fazer o quê? vim derrotar FHC"* e *"não, não, não, não à divisão, Lula e Zé Maria candidatos do peão"*.

Segundo o petroleiro William Corbo do **MTS** e candidato a deputado estadual pelo **PSTU** no Rio de Janeiro, *"é preciso agora que o bloco de esquerda siga atuando junto na base e na FUP, implementando e exigindo que a maioria da direção aplique as propostas votadas. Nossa idéia é propor aos companheiros do bloco de esquerda a confecção de um boletim para ser remetido à todas as bases. Nossa campanha salarial já começou. A luta contra o governo FHC não pode esperar."* (R.T.)



FHC patrocina nova colonização

Chico Porto,
da redação

Encerrou-se no dia 29 de julho mais um episódio de entrega e submissão do governo FHC. Por R\$ 22 bi, a Telebrás foi entregue a um conjunto de empresas, a maioria estrangeira.

Enquanto fechamos esta edição a campanha do Plim-Plim do Sr. Roberto Marinho anuncia que "faltam 607 dias para os 500 anos do descobrimento do Brasil" aludindo à comemoração do "descobrimento do Brasil" no ano 2000. A Rede Globo vai comemorar com festas o início da colonização ao mesmo tempo que toda a grande imprensa tenta esconder o aprofundamento da pilhagem do Brasil.

Vitaminada pela modernidade neoliberal, esta verdadeira recolonização imposta pela cartilha neoliberal atinge e castiga a vida de milhões de pessoas distribuindo desemprego e fome, enquanto felicita outros poucos que comemoram as riquezas conquistadas.

Na mesma edição da *Folha de S. Paulo* (30/7/98) em que era anunciado mais um recorde no índice de desemprego que chegou a 19% na Grande São Paulo, o Sr. Juan Villalonga da Telefónica de Espanha figurava com destaque e se gabava – "São Paulo é a 'jóia da coroa', a área mais importante da América Latina". A Telefónica de Espanha ficou com a Telesp e junto com a Portugal Telecom e a norte-americana MCI abocanhou o filé das telecomunicações. A MCI ficou com a Embratel e a Portugal Telecom com a Telesp Celular. Participaram da festa ainda outras multinacionais como a Iberdrola, que também tem pilhado no campo das elétricas, a Telecom Itália e grandes grupos nacionais como Globo, Bradesco e Andrade Guitierrez.

FHC submete o país a pilhagem das multinacionais para pagar os rombos do plano real e para sinalizar ao mercado internacional sua disposição de entregar o que for necessário para que

os dólares especulativos não fujam do país.

Até 1997, haviam sido arrecadados US\$ 17,95 bilhões com as vendas de estatais, além de terem sido transferidas dívidas no valor de US\$ 8,12 bilhões, totalizando US\$ 26,07 bilhões.

As formas de pilhagem são várias, englobam desde o pagamento da dívida externa, passando pela remessa de lucros até o desmantelamento de centros de pesquisa e a imposição de leis como a atual lei de patentes aprovada durante o governo Fernando Henrique. O fato é que esta sangria avança em todos os terrenos. Mas o processo das privatizações é mesmo o mais perverso. Veja o que diz o BNDES na sua página da Internet "Não existem restrições legais ao capital estrangeiro no que se refere à sua participação no capital votante das empresas desestatizadas, exceto quando existir, na legislação específica do setor ao qual a empresa pertença, qualquer disposição em contrário. (retiradas pelas reformas constitucionais). Observa-se, na atual fase da privatização, um aumento da participação do capital externo no PND. Na desestatização da Malha Oeste da Rede Ferroviária Federal S.A., por exemplo, a participação do capital estrangeiro atingiu 100%. No caso da LIGHT, a participação foi de cerca de 61%, o que representou a significativa quantia de US\$ 1.384 milhões. Até outubro de 1997, a participação dos investidores estrangeiros no PND atingiu o montante de US\$ 2.240 milhões, que corresponde a 13% da receita total do Programa."

Outro mecanismo muito usado na época de Collor e que continua em pleno vigor é o do recebimento das chamadas moedas podres. São títulos da dívida pública do governo que tem seu valor rebaixado no mercado e que o governo recebe como moeda corrente de privatização.

Por exemplo, o Banco Meridional foi vendido por R\$ 265 milhões. O Bozano-Simosen pagou o valor, já bem abaixo do primeiro preço mínimo que era de R\$ 480 milhões, com apenas 10% de dinheiro vivo. Os outros 90% foram em moedas podres.

◆ Participação do Capital Estrangeiro

Empresa	Porcentagem
Light	61%
Rede Ferroviária	100%

Fonte: BNDES



Wladimir Souza

Negócio do século

Um jornal de Lisboa no dia seguinte ao leilão da Telebrás estampou em sua manchete: "O negócio do século". Com toda razão, o preço mínimo fixado para a Telebrás foi de R\$ 13,4 bi para todo o sistema. O governo comemorou os R\$ 22 bi arrecadados. Outra enrolação. O setor de telecomunicações no Brasil é avaliado em R\$ 120 bi.

Os sucessivos governos vêm implementando um processo acelerado de privatizações. Desde a criação do Programa Nacional de Desestatização, em 1990, até o início de 1998 foram privatizadas 50 empresas e participações acionárias estatais federais, a maioria na siderurgia, química e petroquímica, fertilizantes e energia elétrica. Além dessas, foram repassados à iniciativa privada, por concessão, seis trechos da Rede Ferroviária Federal S.A. - RFFSA e um arrendamento para exploração de contêineres do Porto de Santos.

Durante o governo Collor foram privatizadas 18 empresas dos setores de siderurgia, fertilizantes e petroquímica, "arrecadando-se" um total de US\$ 4 bilhões... em moedas podres. Itamar entregou mais 15 empresas, arrecadando US\$ 4,5 bilhões e encerrou a entrega de todas as siderúrgicas. É do tempo dele a privatização da CSN em abril de 1993, sem dispensar as moedas podres. Foi durante o governo Itamar que também ocorreu a liberação de participação do capital estrangeiro que passou a poder contar com 100% do capital votante das empresas.

Mas FHC já bateu o recorde de

Itamar e Collor juntos, foram 194 empresas entre 1995 e 1996 totalizando R\$ 5,1 bilhões e 4 empresas em 1997 num total de R\$ 4,3 bilhões. A partir de 1995 também os serviços públicos começam a ser leiloados.

Além disso a pilhagem passou a incluir a Cia Vale do Rio Doce, maior exportadora de minério de ferro do mundo e detentora de tantas outras riquezas.

É aí também que se encontram os setores mais lucrativos do mercado como o das telecomunicações. Segundo Antonio Albuquerque, presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Pesquisa, Ciência e Tecnologia de São Paulo "nesta fase do século, 40% do PIB mundial já está no setor de comunicações, embora 2/3 da população mundial nunca tenha realizado uma ligação telefônica e mais de 50% dessa mesma população esteja a pelo menos um dia de caminhada do acesso telefônico mais próximo."

Intensificam-se também desde 1997 as privatizações de âmbito estadual as quais, em sua maioria contaram com o apoio do BNDES. O resultado das privatizações estaduais atinge, até 31.12.97, cerca de US\$ 14,9 bilhões.

Todo este montante resultante de verdadeiras doações, tem sido canalizado para o pagamento da dívida pública que por sua vez não pára de crescer. Com os R\$ 22 bilhões arrecadados com a venda da Telebrás, apenas quatro meses de dívida pública serão quitados. (C.P.)

Campanha mentirosa

A entrega da Telebrás veio acompanhada de promessas garantindo que a partir de agora os telefones vão chegar. A revista *Época*, "chapa branca" do grupo Globo, lançou uma capa onde havia uma gaiola que agora estava sendo aberta e dela voavam os telefones. Lascou a manchete: "Que venham os telefones". Na *Veja* algo parecido. Na TV nem se fala.

Mas o mundo é menos colorido do que a burguesia pinta nas novelas e nas suas revistas.

As primeiras notícias já dão conta que os telefones não vão chegar tão rápido. Lá na Espanha os usuários de telefones oferecidos pela Telefónica, a grande vitoriosa do leilão da vergonha e que abocanhou a Telesp fixa, estão protestando contra os aumentos das tarifas. Uma organização de usuários e consumidores que reúne 250 mil associados diz que as ligações no horário comercial encareceram até 137,9%, dependendo do tempo de duração.

No Brasil, até há poucos anos tínhamos uma das mais baixas tarifas do mundo. O telefone que antes era vendido num sistema de auto-financiamento vinha com lotes de ações da Telebrás que chegavam a valer mais do que os R\$ 1.100,00 pagos por uma linha, mas demoravam muito para serem instalados. Só quando o governo resolveu preparar a privatização é que começou a mudar essa situação. Mas também já começam a ser excludentes os ajustes.

Nos últimos três anos, essas tarifas aumentaram em até 2800% e o sistema foi preparado para crescer. De 1996 para 1997, a

taxa de crescimento de terminais fixos foi de 14%. Se essa taxa fosse projetada para 10 anos, mantidos os níveis de investimentos, poderiam ser instalados 57 milhões de terminais fixos, ao invés de 50 milhões como diz o projeto de privatização que o governo cobrará das empresas privadas.

Esta história de que devido ao fato do serviço ser público ele não funciona, esconde na verdade a ganância dos empresários em se apropriar de empresas importantes e lucrativas como essas estatais que tem sido privatizadas.

O outro lado da moeda é que os últimos governos da classe dominante atuam com a lógica de vender as estatais para arrecadar recursos para pagar a dívida pública (os R\$ 22 bi da Telebrás serão torrados em quatro meses de juros da dívida interna, os banqueiros e especuladores agradecem).

Ou seja, é cínica e mentirosa a campanha de que "estatal não funciona", de que "tem que privatizar para melhorar", bastaria investir maciçamente em infra-estrutura, pesquisa e tecnologia e em serviços para (como gosta de dizer a Globo) "ter telefone para todo mundo", ou saúde pública decente. É simples imaginar: se ao invés de vender a Telebrás, pegar os R\$ 22 bi e mandar para os banqueiros e especuladores, muito mais poderia ser feito para melhorar as telecomunicações no país se a Telebrás continuasse recebendo investimentos e o governo se enfrentasse com os especuladores? Mas para isso, seria necessário parar de pagar as dívidas externa e interna, opção que nem em pesadelos passa pela cabeça dos neoliberais governantes. (C.P.)



Mais lucros e menos empregos

No mesmo dia 30 de julho em que os jornais mostravam a cara do ministro das Comunicações morrendo de rir depois do leilão da teles, o Dieese anunciava o índice de 19% de desempregados em relação à população economicamente ativa da Grande São Paulo. Um crescimento em relação ao índice de maio, representando um total de 1,662 milhões de pessoas sem emprego, oito mil a mais do que no mês anterior. Havia aumentado também o tempo de procura por emprego para 34 semanas, um recorde em toda série pesquisa que vigora desde 1985.

Uma preocupação a mais para os trabalhadores do sistema Telebrás que já estão temendo o facão que pode estar chegando a qualquer momento. Os sindicatos do setor avaliam que pode haver um corte de 30% no pessoal.

Além da possibilidade de deteriorização nos serviços prestados, as privatizações são também um fator de aumento da exploração sobre os trabalhadores e aumento da mão-de-obra desempregada no país.

De maio a dezembro do ano passado a Companhia Vale do Rio Doce demitiu cerca de 4.300 pessoas. Em maio, quando passou para o controle de um consórcio liderado pela CSN, a Vale tinha 15.142 empregados, no final de novembro, o total de empregados estava reduzido a

11.842, e segundo a revista *Exame*, no final de 1997, havia 10865 empregados. Em novembro o presidente do Centro Corporativo e de Relações com o Mercado da Vale, Gabriel Stoliar declarava a *Folha de S. Paulo* que "experiências análogas de outras privatizações apontam reduções de pessoal em torno de 25% a 30%."

Pior ainda foram as concessionárias que assumiram a Rede Federal Ferroviária S.A. (RFFSA). Houve um brutal corte de pessoal. Juntas, as cinco concessionárias demitiram, até 1º de janeiro de 1998, 10.996 empregados, quase 50% dos 22.303 absorvidos da RFFSA quando as privatizações foram concluídas. As maiores taxas de demissões ocorreram na linha Centro-Atlântica (58,1% do quadro original) e na Novoeste (56,8%). Na Centro-Atlântica, 4.520 perderam o emprego de setembro de 1996 a janeiro de 1998. A própria RFFSA foi responsável pela demissão de 19.998 empregados, a título de "ajuste" para a privatização. O corte foi de 44,8% em relação a janeiro de 1995, quando a RFFSA tinha 44.601 empregados. E no caso dessas companhias ferroviárias sequer as metas contratadas de diminuição de acidentes e crescimento do transporte ferroviário foram cumpridas.

A Light do Rio de Janeiro é outro exemplo clássico: 4.500 funcionários foram demitidos após a privatização. (C.P.)

◆ Demissões nas Estatais x Privatizações

Empresa	Antes da privatização	Depois	Total de demitidos
Vale	15.142	10.865	4.307
RFFSA	22.303	11.307	10.996
Ligth	11.300	6.800	4.500

Fonte: BNDES, Gazeta Mercantil, Balanço anual 1997, Sindicato dos Urbanitários do Rio de Janeiro

◆ Receitas das privatizações no Brasil (até 1997)

Período	Privatizações	Receita de venda (em milhões R\$)
1991/92	18	4.015
1993/94	15	4.593
1995	8	1.003
1996	11	4.080
1997	4	4.265
Total	76	17.956

Fonte: BNDES



Reestatizar sem nenhuma indenização

Chico Porto,
da redação

Das 100 maiores empresas privadas em 1997, 13 eram ex-estatais que somavam juntas um patrimônio líquido de US\$ 33 bilhões e um lucro líquido de US\$ 1,3 bilhão. O lucro total das 500 maiores empresas privadas em 1997 foi de US\$ 6,8 bilhões. Note que apenas as 13 ex-estatais respondem por quase 20% do lucro das 500 maiores empresas privadas do país.

Isto é o primeiro aspecto da privatização, a pura e simples pilhagem do patrimônio público por um punhado de capitalistas almejando lucros exorbitantes nas costas da demissão e aumento da exploração dos trabalhadores. Para isso, vários são os mecanismos, como o uso de moedas podres nos leilões e até financiamento público das compras como se deu agora com a Telebrás. Logo que assumem, uma das primeiras medidas dos novos donos é a demissão de funcionários.

O segundo aspecto das privatizações é que o estado se desobriga da prestação de serviços públicos. Com isso, absurdos como o monopólio de setores privados sobre determinados ramos de serviço são concedidos. Está sendo assim com a

Light que agora controla, e mal, a distribuição de energia elétrica dos dois maiores centros urbanos do país – São Paulo e Rio de Janeiro.

Por fim, há ainda o aspecto do controle sobre a soberania através dos setores estratégicos que tem sido doados para o capital privado e em grande parte para o capital internacional. Isto compromete qualquer perspectiva de independência diante do imperialismo ou no mínimo auto-suficiência tecnológica. Por exemplo, a Embratel, responsável pela transmissão de dados via satélite, pertence agora à uma multinacional norte-americana.

O **PSTU** defende a anulação das privatizações e propõe a reestatização sob o controle dos trabalhadores e sem nenhuma indenização.

Defendemos a reestatização porque é necessário retomar a soberania e, ao contrário do que diz e faz o governo, utilizar os enormes recursos e patrimônios destas empresas em favor da melhoria do nível de vida e da prestação de serviços à maioria da população e dos trabalhadores.

A Vale do Rio Doce e a Telebrás são empresas com porte comparável às maiores do mundo. Privadas elas só estão a

serviço do lucro de um pequeno punhado de capitalistas. A pouca tecnologia desenvolvida no Brasil e fora das universidades vem justamente dos centros de pesquisas de empresas estatais como o CPqD da Telebrás, que ficará abandonado e sem clientes com a privatização da empresa.

Defendemos o controle dos trabalhadores sobre as estatais porque não desconhecemos os desmandos dos diversos governos da burguesia que fazem jogo político com os cargos de direção das empresas, sempre no interesse do capital privado e contra os trabalhadores. Não defendemos as burocracias estatais que fazem o quê bem entendem e não prestam contas a ninguém.

Somos contra a indenização para os atuais donos das ex-estatais porque na maioria das vezes sequer houve o término do pagamento dos financiamentos, e onde houve, foi feito em parte através do uso das moedas podres. É incrível, mas as estatais são compradas com a utilização de dinheiro público através dos famosos "empréstimos" do BNDES.

Em segundo lugar porque estes donos já obtiveram enormes lucros no período em que estiveram de posse dessas empresas. Além disso, já causaram prejuízos aos trabalhadores, com as demissões e a superexploração, e aos consumidores, aumentando tarifas e rebaixando a qualidade dos serviços. (C.P.)



Otávio Magalhães

Representantes dos grupos que levaram as teles

Estatais são compradas com a utilização de dinheiro público

Luta mulher

Comitê apóia Cidinha

Iniciativa das mais importantes será a formação, no dia 15 de agosto, de um Comitê de Mulheres em apoio à candidatura da companheira Cidinha Borges a deputada federal pelo **PSTU**, em São José dos Campos. Cidinha é muito querida na região por sua já histórica trajetória de lutas em defesa da mulher trabalhadora, contra toda forma de opressão e exploração, entre elas a questão do aborto, da violência contra a mulher e a desigualdade salarial e de oportunidades em todos os aspectos da vida. A reunião de conformação do Comitê estará sendo realizada a partir das 10 horas da manhã, no Sindicato dos Metalúrgicos de São José.

Maria Mulher

Mulher, socialista e lutadora. Assim é Maria Batista, trabalhadora do Metrô de São Paulo que está sendo lançada pelo **PSTU** como candidata a deputada estadual nas próximas eleições. Com longa trajetória de lutas na categoria metroviária, Maria também luta junto à mulher trabalhadora, contra a opressão e a exploração, e para que essas mulheres possam participar cada vez mais do sindicato e das lutas de sua classe.

A festa de lançamento da candidatura da Maria será no Pako's Bar, rua Vergueiro, 683, Metrô Vergueiro, dia 21, em São Paulo. Não perca!

Railda: operária e socialista

Railda de Araújo tem 36 anos, é mãe de duas meninas e ainda pequena já sabia de que lado estava: ajudava o pai a organizar os trabalhadores rurais de sua cidade, Independência (Ceará), na luta por seus direitos. Hoje mora em Fortaleza e trabalha na Grendene, sendo Coordenadora Geral do Sindicato dos Sapateiros. Railda coloca sua candidatura à deputada estadual pelo **PSTU** a serviço da luta de toda trabalhadora contra a desigualdade salarial, por creches nos locais de trabalho, defesa da licença maternidade, direito ao aborto nos hospitais públicos e pelo fim da violência contra a mulher.

Rose de Guarulhos é de luta!

A defesa da Previdência em prol dos interesses dos trabalhadores! Esse é o ponto central do programa de luta da candidatura da companheira Rose de Guarulhos a deputada estadual pelo **PSTU**. Rose é casada e tem dois filhos. Iniciou sua militância política ainda estudante e seguiu sua trajetória de luta como trabalhadora, na Oposição Metalúrgica de Guarulhos até ingressar na Previdência por concurso público. É diretora do Sindicato dos Previdenciários e da Federação Nacional dos Previdenciários, mostrando mais uma vez que lugar de mulher trabalhadora é na luta!

Há cidadania sob o capitalismo?

Edmundo Fernandes Dias,
sociólogo e membro do conselho
editorial da revista Outubro

A luta de classes se realiza sempre num campo marcado pela ideologia dos dominantes. Ideologia que se apresenta como única, natural e aparece para o conjunto da sociedade como sendo a democracia e a cidadania. O primeiro problema para as classes trabalhadoras que querem constituir-se como classe é negar aquela ideologia e criar sua própria identidade. Porque os dominantes procedem assim? Para condenar os trabalhadores à perpétua subalternidade. Tratam de impedir que os dominados possam pensar sua história e sua realidade liberados do domínio burguês. Neste processo a idéia de cidadania ganha extrema importância.

O homem é apresentado, pelos ideólogos burgueses, como indivíduo, como única forma de vida social possível. Homens e relações sociais são tomados como coisas. Para o capitalismo só existem indivíduos. O trabalhador, que é a principal força produtiva, é visto como indivíduo e não como classe e ainda mais aparece dividido: por um lado, como cidadão, por outro, como assalariado. O capitalista se apresenta, também, como cidadão e proprietário. A idéia de classe e de antagonismo desaparece. A idéia de cidadão parece ser comum a todos os indivíduos. E com isso se dá a neutralização da perspectiva classista. É assim que a burguesia trata de obter o consentimento dos trabalhadores. Essa aparência é a forma do pacto social que, repetida, torna possível a sua aceitação pelos trabalhadores. Ela é uma ilusão. A materialidade da vida social — a desigualdade e a violência classistas — aparentemente desaparecem.

O capitalismo é a condensação das contradições sociais. As práticas capitalistas concretizam e atualizam sua maneira de governar, com a vantagem adicional de parecerem neutras e eternas. Para tanto é necessário pensar a política e a economia como campos de forças separados.

Tudo aparece como se existisse uma ordem natural apresentada como tendo poderes mágicos (ela é a liberdade) que garantem as instituições políticas. Esse jogo político aparece como sendo um jogo entre "indivíduos" sem histó-

ria, como se todos fossem iguais, como se um trabalhador tivesse realmente os mesmos direitos que os capitalistas. É através dessa mistificação que se torna possível apresentar a liberdade dos capitalistas como sendo a liberdade de todos. É por aí que se passa da exploração-opressão à elaboração do consenso. Essa "igualdade" de todos, perante a lei, impede, de fato, que as desigualdades sociais se expressem como tais. Ao eliminá-las, aparentemente, torna-se possível apresentar tudo e todos como submetidos às mesmas regras. Criou-se o mito da cidadania e da democracia para todos.

Na política o capitalista e o operário são reduzidos à categoria de cidadão. "Desaparecem" as diferenças. Pode-se agora trans-

formar indivíduos-cidadãos em consciências cívicas. É a igualdade formal que torna possível uma unidade fundamental: a pá-

tria. Assim, se as instituições liberais são ideologicamente eficazes, o problema se resume à uma mera articulação de forças. Os partidos surgem como organizadores de interesses diferentes que suportam uma unidade ideológica indiferenciada. Estamos, pois, no campo da colaboração e não da luta de classes. O problema se dá mais claramente na economia. Os indivíduos iguais tem diferenças de interesses. No entanto, parece existir um ponto de unidade: ambos "necessitam" um do outro. O capitalista necessita comprar a força de trabalho, o operário necessita vendê-la. Nesse momento a "colaboração-unidade" se desfaz. Na fábrica, todo homem é historicamente determinado: operário, capitalista, etc.

A cidadania é uma ilusão porque se reduz ao exercício do poder de uma classe, ou de um conjunto de classes, transformado — na forma da lei — em algo que *todos* têm que obedecer. É imutável: eleito este ou aquele político, faça o que fizer, ele é intocável. Têm uma imunidade parlamentar que praticamente impede seu julgamento mesmo que seja corrupto ou assassino. Uma lei feita, mesmo que contrária aos interesses da sociedade, tem que ser cumprida. E as que interes-



sam aos trabalhadores em geral *não* pegam.

Mas a democracia burguesa, ainda que contra os trabalhadores, pode — e deve — ser tomada como campo de luta, como instrumento de intervenção política. Ela não é, como muitos companheiros acreditam, coisa dos burgueses. As limitações que os trabalhadores impuseram ao Capital foram conquistadas com sangue, suor e lágrimas. Para os burgueses tudo se passa como conjunto de regras do jogo que se há de respeitar e que integram as classes à forma estatal, já para os trabalhadores é preciso realizar uma nova democracia: a sua. Ou seja é preciso que se construa uma relação nova e contraditória com os sistemas de normas jurídicas, de fórmulas de representação política.

A cidadania é uma forma específica de convivência contraditória das classes, pela qual a classe dominante é capaz de absorver a sociedade. Podemos então entender seu sentido. Resta aos trabalhadores, ao

conjunto das classes exploradas, transformar essa forma de fazer política. Quando nós nos subtraímos ao domínio da ideologia burguesa co-

meçamos a construir a liberdade. A cidadania burguesa vai, cada vez mais, ser a forma de obter o consentimento dos explorados. Lembremos que os saudosistas da ditadura fizeram um adesivo: "Nós eramos felizes e não sabíamos". A felicidade deles é o desespero das massas. Vamos transformar a campanha eleitoral num grande momento educativo. Vamos trabalhar para que nossos companheiros, colegas, amigos, familiares, vizinhos, libertem-se da mentira. Zé Maria na cabeça.

A idéia de cidadão serve para neutralizar perspectiva classista

PSTU tem candidato ao governo do Amapá

Regional do PSTU,
de Macapá

Pela primeira vez o PSTU lançará candidaturas a governador, deputado federal e estadual no estado do Amapá. O candidato majoritário é o assistente social e funcionário público Elton Corrêa, ex-militante do movimento estudantil e atualmente um dos organizadores do Movimento por uma Tendência Socialista (MTS) no Amapá. Sua vice é a professora Márcia Azevedo. Existe uma grande expectativa junto aos trabalhadores e a juventude pelo fato de se ter desta vez candidaturas independentes das tradicionais coligações com o PDT e o PSB.

Adesões e atividades

Com a política de construir candidaturas pela base, intensificou-se discussões junto a juventude secundarista e universitária, realizando-se reuniões sistemáticas para se discutir programa nas escolas, nas universidades e junto ao movimento sindical. Além destas atividades estão sendo realizadas campanhas para arrecadar dinheiro para a campanha com a venda de cervejas, refrigerantes, camisetas, realização de feijoadas, etc. A organização dos eventos, é feita conjuntamente com os ativistas que vão se integrando em nossa campanha eleitoral voluntariamente.

Cara socialista

Nos últimos dias a população local tem visto algo novo nas ruas. Os militantes e simpatizantes do PSTU estão em esquinas com faixas solicitando a contribuição financeira dos trabalhadores para construir suas candidaturas ligadas as lutas contra o projeto neoliberal de FHC. Apresentamos conjuntamente nestas atividades nosso jornal — o Opinião Socialista. Algumas pessoas que passam pelo local chegam a afirmar: "Vocês são mesmo persistentes, continuem a acreditar na luta e no socialismo. Vão em frente!" Sem dúvida nenhuma esse processo está sendo bastante significativo não só para afirmar o PSTU enquanto alternativa, mas para fincarmos uma bandeira socialista no extremo norte do país.

Oposição na UNE apóia candidatos operários

Euclides de Agrela,
de São Paulo

No final de semana de 18 e 19 de julho, ocorreu em Brasília uma Plenária Nacional dos Estudantes das Universidades Públicas. Compareceram à Universidade de Brasília mais de 200 estudantes das universidades federais e estaduais de todo o país.

Um dos momentos altos deste fórum, foi a reunião que discutiu a necessidade de uma oposição de esquerda unificada na UNE. Na noite de sábado, 60 companheiros reuniram-se na sede do Sindicato dos Funcionários da UNB. Eram militantes do PSTU, da Articulação de Esquerda do PT, petistas independentes e estudantes sem partido. A luz do balanço da greve das federais, chegou-se a conclusão de que para sermos consequentes com a disputa da direção do movimento estudantil com a direção majoritária da UNE, a União da Juventude Socialista (UJS) deveríamos construir um movimento por uma UNE democrática e de luta.

Para lançar o movimento da oposição de esquerda da UNE, resolveu-se confeccionar um manifesto. Nele, além de apresentar a proposta de unidade da oposição, fazer um duro balanço da direção majoritária da UNE frente a greve das universidades federais e denunciar o filtro dos congressos estaduais da UNE, resolveu-se publicar as duas posições existentes em relação às eleições presidenciais.

Partindo de um programa mínimo que levanta a necessidade de um governo dos trabalha-

dores que não pague as dívidas externa e interna, que reestatize as empresas estatais privatizadas, que realize a reforma agrária sem indenizar o latifúndio, que garanta a redução da jornada de trabalho sem redução dos salários, o fim do ensino pago e o ensino público e gratuito para todos, definiu-se que no manifesto de lançamento serão divulgadas duas declarações: uma de apoio a Lula e outra de apoio a Zé Maria.

Esta resolução da oposição de esquerda da UNE, ao não se abster de posicionar-se do processo eleitoral no seu manifesto de lançamento, mesmo tendo militantes que apoiam Lula e outros que apoiam Zé Maria, parte da compreensão comum da necessidade de um governo dos trabalhadores, definindo uma perspectiva nitidamente classista, onde

não caberia militantes que apoiassem candidatos dos partidos burgueses. Em segundo lugar, dá um exemplo de democracia e maturidade, demonstrando que é possível realizar um debate fraternal sobre acordos e diferenças desde o seu nascimento.

Os estudantes do PSTU e independentes organizados na Reviravolta, saíram deste fórum com um forte sentimento de vitória, pois mesmo em meio ao processo eleitoral, levantando a candidatura de Zé Maria à presidência da República, em alternativa a de Lula, conseguimos não só iniciar a construção de um movimento por uma UNE democrática e de luta junto com os companheiros da esquerda petista e sem partido, mas também demonstrar que nossa candidatura a presidente constitui-se em um importante ponto de apoio para as lutas dos trabalhadores e da juventude.

Oposição lançará manifesto para lançar movimento



Enfrentamento entre estudantes e seguranças na UFRJ

UNIVERSIDADE

Reitor eleito, reitor empossado!

Luciana Araújo,
do Rio de Janeiro

Há mais de um mês estudantes e servidores da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) estão ocupando a reitoria da Universidade numa dura luta para impor ao governo federal e ao Ministério da Educação a renúncia do interventor nomeado por Paulo Renato para a reitoria da instituição.

A crise começou depois que a comunidade escolheu em uma consulta paritária o professor Aloísio Teixeira para reitor da Universidade, com 42,7% dos votos. O colégio eleitoral da Universidade mandou uma lista com dois nomes para o MEC que durante quinze dias tentou forçar um novo processo para que fosse feita uma lista tripartite. O movimento resistiu e manteve os dois nomes. O MEC, no entanto, nomeou o último colocado na escolha comunitária, o professor José Henrique Vilhena, que obteve 11% dos votos. Os participantes da ocupação e toda a comunidade estão dispostos a manter a mobilização até que Aloísio seja empossado. Vilhena já ameaçou entrar na Universidade com a Polícia Federal e retirar os manifestantes na marra. Já disse que vai entrar com inquérito administrativo contra os funcionários e estudantes que ocuparam a reitoria para demiti-los ou jubilá-los,

mas o movimento não arreda pé.

Mesmo depois que Vilhena entrou com ação na 17ª Vara Federal para reintegração de posse do prédio, os manifestantes se recusaram a sair e conseguiram uma liminar garantindo sua permanência na reitoria até o dia 21 de agosto. "Não queremos violência, nem problemas com a polícia, mas ficaremos aqui até o Aloísio ser empossado. A política de FHC e Paulo Renato demonstram seu objetivo de destruir a UFRJ. O Vilhena representa o fim da universidade pública e gratuita", afirma Lenin Pires, funcionário do Instituto de Química da UFRJ e candidato a deputado estadual pelo PSTU.

Vários atos com figuras de peso da política fluminense foram realizados lá. Houve até uma festa de comemoração de um mês da ocupação. Nomes como o arquiteto Oscar Niemeyer, Noca da Portela e Chico Buarque estão apoiando a ocupação, que também recebeu apoio de diversos parlamentares, entre eles o deputado Lindberg Farias, do PSTU, que esteve em vários atos e colocou seu mandato à disposição dos funcionários e estudantes para garantir a permanência das pessoas no local.

A disposição é de resistir até o fim: "vamos resistir até a renúncia de Vilhena, porque isso significa defender a universidade pública", afirmou Lenin. O lema na UFRJ é: reitor eleito, reitor empossado!



Greve das Federais fortaleceu oposição na UNE

Governo reprime camponeses na Bolívia

Asdrubal Barbosa,
da redação

O velho ditador boliviano, general Hugo Banzer, responsável por centenas de mortes na época de sua ditadura, há pouco tempo voltou a presidência da Bolívia. Apesar da campanha populista que desenvolveu não conseguiu a maioria dos votos da população, teve somente 22,3% mas através de um acordo parlamentar de cinco partidos, a megaliança, conseguiu chegar ao poder.

Nestes oito meses de mandato, Banzer já demonstrou para que veio: defender os interesses dos patrões e o imperialismo norte-americano. Até aí nenhuma novidade, o que há de novo é que o governo, junto com o imperialismo norte-americano, decidiu por uma suposta estratégia de combate às drogas que se caracteriza por uma sangrenta repressão contra os camponeses cocaleros da região de El Chapare.

O objetivo de Banzer é erradicar o plantio de 38 mil hectares de cultivo da folha de coca nos próximos quatro anos. Para isso pediu um empréstimo ao imperialismo de US\$ 952 milhões de dólares dos quais US\$ 108 milhões são para erradicação, US\$ 700 milhões para um desenvolvimento alternativo, US\$ 129 milhões para interdição e US\$ 15 milhões para prevenção. Comicamente este plano se chama "Pela Dignidade" e pretende gerar o conceito de que produzir coca é igual a produzir cocaína.

Banzer quer empresas multinacionais nas terras dos cocaleros

Ou seja, responsabiliza os produtores pelo que fazem os narcotraficantes.

A maioria destes produtores são trabalhadores que não encontraram outras ocupações e buscaram alguma forma de subsistência, muitos deles são desempregados das minas privatizadas.

O narcotráfico é um câncer no mundo e trás muitos problemas sociais. No entanto as verdadeiras máfias do narcotráfico são as redes de distribuição nos Estados Unidos e na América Latina dirigidas por verdadeiros multimilionários. A ilegalidade e a criminalização do consumo, de fato, rendem muito dinheiro aos traficantes, particularmente a máfia cubana vinculada aos bancos norte-americanos da Flórida que hoje controlam a maioria do tráfico nos Estados Unidos. Da mesma maneira que a "Lei Seca", que proibia o consumo de bebidas alcólicas nos Estados Unidos na década de trinta, fez a riqueza de muitos gangsters e muitos proeminentes burgueses.

Mas os cocaleros, simplesmente, produzem a folha de coca como única forma de subsistência, não tem nada a ver com estas máfias. O mais hipócrita é que a meta do imperialismo não é suprimir a coca, o narcotráfico ou o negócio ilegal das drogas e sim ter o controle deste valioso mercado. Por isso quer acabar



com os cocaleros e sua organização. Os cocaleros estão organizados em 1.300 sindicatos na região e seis Federações, têm quatro deputados nacionais e vários prefeitos.

No entanto a política de Banzer é de tirar o pouco sustento que tem estes trabalhadores e abrir mais espaço para as multinacionais. Por isso enquanto pretende "relocalizar" 15 mil famílias, o governo Banzer quer criar uma "lei de incentivos fiscais" para que as indústrias estrangeiras se localizem em El Chapare, para explorar a região. Ou seja, Banzer quer privatizar a região produtora de coca. Para isso, além da repressão, Banzer diminuiu a indenização de hectare erradicado de US\$ 2,5 mil para US\$ 1,6 mil.

Cocaleros lutam contra Exército

Desde os meses de abril e maio deste ano, os cocaleros desenvolvem uma forte luta. Eles já chegaram a fechar todos os caminhos e estradas durante quinze dias, paralisando o tráfego entre Santa Cruz de la Sierra e Cochabamba, o principal eixo da economia boliviana, deixando centenas de caminhões parados. A região de El Chapare está militarizada pela polícia e o Exército com mais de 5 mil efetivos. Já são mais de 13 mortos do lado dos cocaleros e dois do lado da polícia.

Em La Paz foi realizado um ato na Universidade e foi formado um Comitê de Solidariedade com os cocaleros. Em 23 de maio realizou-se uma reunião ampliada da Central Operária Boliviana (COB) na Vila 14 de Setembro, em El Chapare, com a presença de 3 mil cocaleros e de numerosos setores dos trabalhadores filiados a Central.

A reivindicação dos cocaleros é de manter sua compensação por hectare erradicado. Além disso, eles defendem o

seu direito de produzir a folha de coca, seu único sustento. Para eles, se quiserem, o governo e o imperialismo que a comprem a preço de mercado para destruí-la.

No último dia 10 de agosto cerca de 20 mil camponeses iniciaram uma marcha em direção a La Paz para exigir que o governo suspenda seu plano. A marcha vai percorrer uma distância de 780 quilômetros e conta também com a participação das mulheres e filhos dos camponeses. (A.B.)

Operários da GM encerram greve

Clara Paulino
de São Paulo

Em 29 de julho, um acordo assinado entre o sindicato dos trabalhadores do setor automotivo dos Estados Unidos e a direção da General Motors (GM) pôs fim a greve dos operários de unidades da montadora daquele país. Os trabalhadores iniciaram o movimento em 5 de junho para tentar impedir a terceirização, a derrubada de conquistas e para exigir investimentos em segurança do trabalho.

Pelo acordo, a GM se compromete a não fechar ou vender a Delphi East antes do ano 2000, uma das unidades onde os metalúrgicos realizaram a greve. O sistema de cotas, que permite aos operários trabalharem menos de oito horas diárias, se mantém. O acordo também estabelece que a GM invista US\$ 20 milhões em novos equipamentos para as fábricas.

Prejuízos de US\$ 2 bi

Do outro lado, o sindicato concordou com que a GM reduza 800 postos de trabalho, através de um programa de aposentadoria antecipada, firmou compromisso de que nos próximos 14 meses os operários não realizarão greves e definiu, junto com a empresa, uma meta de 15% de crescimento na produção de motores.

A direção da GM alega que perdeu cerca de US\$ 2 bilhões com a greve dos metalúrgicos americanos.

GM vai contra atacar

Segundo a agência de notícias AP/Dow Jones, a GM mantém seus planos de fechar algumas de suas mais antigas fábricas de montagem de veículos dos Estados Unidos, substituindo-as por instalações como a desenvolvida no Rio Grande do Sul. O modelo de produção que está sendo implantado na unidade da montadora no sul do Brasil estabelece que módulos já montados dos veículos serão fornecidos por empresas terceiras.

A GM possui cerca de 608 mil empregados em todo o mundo. Para enfrentar a concorrência, a empresa traçou como estratégia reduzir este quadro e aumentar sua produtividade. Em 1997, a empresa lucrou US\$ 6.7 bilhões.

É hora dos comitês de campanha

O crescimento da campanha eleitoral do PSTU e o apoio às nossas candidaturas está tomando as mais diversas formas em todo o país. Uma delas é a formação de comitês eleitorais. Em geral, estes comitês são formados por ativistas que estiveram e estão nas lutas sindicais e estudantis junto com os companheiros do PSTU que agora são candidatos. Estes comitês têm uma enorme importância: organizam as atividades de campanha, abrem um espaço para todos aqueles que querem nos apoiar de alguma forma e conhecer melhor as propostas do partido e potencializam a nossa segunda campanha financeira.

Para falar sobre a experiência dos comitês em seu setor, entrevistamos Janira Rocha da Silva, nossa candidata a deputado estadual no Rio de Janeiro e diretora do Sindicato dos Previdenciários do estado.

Opinião Socialista — Como estão se organizando os comitês?

Janira — Olha, existem os ativistas sindicais que militam conosco nas lutas da previdência. Agora nós estamos chamando todos a encarar juntos também esta batalha política. A maioria dos que se reúnem não é do PSTU, mas estão apoiando a nossa campanha. Por exemplo, em Del Castilho organizamos dois comitês com os companheiros de lá, em Bonsucesso temos um.

O.S. — Quantas pessoas es-

tão nestes comitês?

Janira — Tem um comitê que coordena todos os outros, ele reúne 12 pessoas. Nos setores de manutenção do INSS há por volta de 80 pessoas fazendo campanha, mas destas 8 são as que se reúnem e planejam as atividades. Na região serrana (Petrópolis e Teresópolis) são 7 companheiros que fazem reuniões regulares, mas há muitos outros fazendo atividades de campanha. Ao todo temos uns 30 ativistas, além dos militantes do PSTU, nas reuniões e, no total, por volta de 100 pessoas estão fazendo campanha.

O.S. — E como são essas reuniões?

Janira — Tem um ponto político no início, a partir dos fatos da conjuntura onde é bom utilizar uma matéria do jornal do PSTU. Depois discutimos as atividades que fizemos e as que vamos fazer. Não esquecemos do ponto de finanças, porque senão a campanha empaca.

O.S. — E por falar nisso, como foi a sua campanha financeira?

Janira — Eu peguei 25 talões de contribuições e propus a alguns desses que estão trabalhando conosco que nos ajudassem. Expliquei que nosso partido não

tem e não quer ter o apoio de grandes empresários, disse que ou os trabalhadores nos apoiavam ou não haveria campanha eleitoral. Falei também que ao levar o talão estavam assumindo um compromisso. Olhe, a maioria foi bem. Teve até um que não conseguiu as contribuições, mas pagou do bolso.

O.S. — E agora nesta segunda campanha, como será?

Janira — Vai ser mais fácil, porque temos mais gente em campanha. Meu compromisso é conseguir 400 contribuições, mas já consegui que os apoiadores levassem 42 talões.



Aqui você encontra o PSTU

Sede nacional: Rua Jorge Tibiriçá, 238 - Saúde - São Paulo - tel. (011) 549-9699 / 575-6093

Alagoinhas (BA): Rua Anézio Cardoso - Ed Azi sala 105

Aracajú (SE): Av. Pedro Calazans, 491 sala 105

Belém (PA): Travessa 3 de Maio, 1807 - São Brás - tel. (091) 249-1639

Belo Horizonte (MG): Rua Carijós, 121, s. 201 - tel. (031) 274-2516 E-mail: pstumg@net.em.com.br

Brasília (DF): SDS Ed. CONIC - Sobreloja 21 - tel. (061) 225-7373

Curitiba (PR): Rua XV de Novembro, 297 - 3º andar - sala 312 - Centro tel. (041) 324-7170

Diadema (SP): Praça dos Cristais, 6 sala 3 - Centro

Florianópolis (SC): Av. Hercílio Luz, 820 - Centro

Fortaleza (CE): Av. da Universidade 2333 - Centro - tel. (085) 221-3972

Goiânia (GO): tel. (062) 225-6291

Macapá (AP): Av. Presidente Vargas, 2652 - Bairro Sta. Rita

Maceió (AL): Rua Inácio Calmon, 61 - Poço

Manaus (AM): Rua Emílio Moreira 821 - Altos Centro - tel. (092) 234-7093

Natal (RN): Av. Rio Branco 815 Centro

Ouro Preto (MG): Rua São José, 121 Ed. Andalécio sala 304 - Centro

Passo Fundo (RS): Rua Teixeira Soares, 2063

Porto Alegre (RS): Rua Salgado Filho, 122 - Cjto. 51 - Centro

Recife (PE): Rua Leão Coroadado, 20 1º andar - B. da Boa Vista tel. (081) 222-2549

Ribeirão Preto (SP): tel. (016) 637-7242

Rio de Janeiro (RJ): Travessa Dr. Araújo, 45 - Pça da Bandeira - tel. (021) 293-9689

São Bernardo do Campo (SP): Rua João Ramalho, 64

São José dos Campos (SP): Rua Mario Galvão, 189 - Centro - tel. (012) 341-2845

São Leopoldo (RS): Rua São Caetano, 53

São Luís (MA): tel. (098) 246-3071

São Paulo (SP): Rua Nicolau de Souza Queiroz 189 - Paraíso - tel. (011) 572-5416

Teresina (PI): Rua Olavo Bilac, 1705 - Centro Sul

O endereço da nossa home page é: www.pstu.home.ml.org

Nosso E-Mail é: pstu@uol.com.br

Tem festa em São Paulo

Anote aí na sua agenda. Nas próximas semanas vão ter duas grandes atividades do PSTU no estado de São Paulo para embalar ainda mais a campanha eleitoral.

A primeira delas é o ato-

festa do PSTU do ABC. Anote aí o endereço e a hora: Clube Recreativo Alameda Glória R. Príncipe Humberto, 315 São Bernardo do Campo, Dia 15 de agosto, a partir das 19 horas.

A segunda será a Festa do Vermelho em São Paulo: Clube Paulistano da Glória Rua da Glória, 132 - Liberdade, São Paulo Dia 29 de agosto, a partir das 21 horas.

PSTU
Jornal Quinzenal

Endereço:
Rua Jorge Tibiriçá, 238
Saúde - São Paulo
CEP 04126-000

PORTE PAGO
DR/SP
PRT/SP 7168/92

